

A REEDIÇÃO DO ESCOLANOVISMO NO BRASIL E AS POLÍTICAS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS¹

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Maria Ivonete Ferreira Félix²
Jackeline Rabelo³

Resumo

O objetivo desse trabalho é analisar a política educacional imposta principalmente aos países da periferia do capital a partir da fase do capitalismo neoliberal que impõe a todos os setores da vida social uma reestruturação produtiva. Nesse contexto, a educação passou a ser pensada e reformulada para atender aos novos paradigmas da economia capitalista. Assim, a educação torna-se a alavanca para o desenvolvimento econômico, passando, no plano ideológico, a ser central na política dos Organismos Internacionais para elaboração de planos educacionais para atender os países periféricos, dentre eles, o Brasil, que vem seguindo os ditames do receituário internacional principalmente a partir da década de 1990 com a política de Educação para Todos (EPT), que desdobrou todo um conjunto de reuniões, fóruns e conferências com o intento de estabelecer metas e políticas educacionais a serem cumpridas pelos países pobres e dependentes. Nessa perspectiva, pretendemos demonstrar que tais políticas apresentam, em seu bojo, uma reedição do escolanovismo no Brasil, ao atender às novas exigências impostas ao campo educacional em tempos de crise estrutural do capital.

Palavras chave: Marxismo; Políticas educacionais; Escolanovismo; Crise do capital; Organismos internacionais

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar la política educativa impuesta principalmente a los países de la periferia de la capital desde la fase del capitalismo neoliberal que exige que todos los sectores de la vida social de una reestructuración productiva. En este contexto, la educación tiene que ser diseñado y rediseñado para cumplir con los nuevos paradigmas de la economía capitalista. Por lo tanto, la educación se convierte en la palanca para el desarrollo económico, pasando, en lo ideológico, a ser central en la política de las organizaciones internacionales para el desarrollo de planes educativos para atender a los países periféricos, entre ellos Brasil, que ha seguido los dictados recetas internacionales en su mayoría de la década de 1990 a la política de la Educación para Todos (EPT), que despliega una serie de reuniones, foros y conferencias con la intención de establecer metas y políticas que deben

¹Esse texto resulta da pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, PPGEB/UFC no ano de 2012 sob o título: O Programa Mais Educação no contexto de crise estrutural do capital: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho, sob a orientação da Prof^a. Dra. Josefa Jackeline Rabelo.

² Professora da educação básica em Maracanaú (CE), Mestre em Educação (UFC).

³Pós-doutora em Ciências Sociais. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FACED/UFC e Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário da Universidade Estadual do Ceará – IMO/UECE.

cumplir los países pobres y dependientes educativos. En esta perspectiva, tenemos la intención de demostrar que dichas políticas tienen, a su paso, una reedición de escolanovismo en Brasil, para cumplir con los nuevos requisitos impuestos en el campo de la educación en tiempos de crisis estructural del capital.

Palabras clave: el marxismo; Las políticas educativas; Escolanovismo; Crisis del capital; Las organizaciones internacionales

A crise do capital e a educação: notas de estudo

O capitalismo a partir do final da década de 70 do século XX passa a conviver com mais uma das suas crises que na virada para a década de 1990 marca a organização de um período de reestruturação produtiva em escala mundial mais diretamente intensificada nos países da periferia do capital. Com a crise do capital e a anunciada morte do socialismo real, com a queda do muro de Berlim, os capitalistas precisam e tem condições objetivas para demandar uma reestruturação na produção, pois se antes tiveram que fazer concessões com o estado de bem estar social; o apogeu a Revolução Russa; com a crise de 1929 e após as duas grandes guerras, nesse momento vão fazer o caminho inverso na organização de um estado cada vez mais coercitivo para o conjunto das conquistas históricas dos trabalhadores.

De acordo com Saviani (2007) a denominação que se generalizou nesse período ficou conhecida por “neoliberalismo” e essa terminologia remete a uma reunião ocorrida em 1989 no Internacional Institute for Economy, em Washington, promovida por John Williamson, para discutir as reformas que os organismos internacionais e intelectuais - que atuavam em diversos institutos de economia - consideravam necessárias para América Latina. Referido encontro ficou mundialmente conhecido como o Consenso de Washington.

A partir desse encontro se delineou um conjunto de políticas no campo econômico que se pautavam pela defesa do equilíbrio fiscal, a abertura das economias nacionais, a desregulação dos mercados e a privatização dos serviços públicos. Todos esses princípios foram difundidos como de valor universal.

Com um maior controle da economia dos países periféricos por parte dos países imperialistas, o passo seguinte foi a intervenção no sistema educacional, pois é preciso regular o conhecimento e além disso se apropriar desse enorme mercado educacional dessas nações e transformar, cada vez mais, a educação em uma mercadoria. Nesse contexto, o ensino público nas escolas será sucateado, centrado no treinamento mínimo de habilidades para ser mão-de-obra barata, como bem pontua Mészáros quanto afirma que a educação se tornou na sociedade do capital instrumento para “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à

maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes” (2009, p.15)

Nesse novo cenário, o planejado para os países da América Latina foi um conjunto de reformas nas áreas administrativas, previdenciária e trabalhista, cujo intuito era o rigoroso equilíbrio fiscal nos países que compunham esse bloco com o principal objetivo de conseguir o corte máximo de gastos públicos, implicando num processo de abertura comercial, privatização e a aplicação de rígidas políticas monetárias, sob o controle de agências internacionais de monitoramento, a quem cabe supervisionar e controlar a aplicabilidade do receituário determinado para os países da periferia do capital. Como não poderia ser diferente, no campo educacional, a realidade foi adequada às novas políticas que vigoram na área produtiva e econômica. Adota-se o discurso do fracasso da escola pública, onde, na observação de Saviani (2007), se deve “à incapacidade do Estado de gerir o bem comum” (p.426). Com base nesse falso pressuposto gerencial no que se refere à esfera educacional, pleiteia-se a superioridade da iniciativa privada, sob o comando das leis mercadológicas.

Antes, tínhamos a teoria do capital humano, onde a educação respondia por preparar as pessoas para atuarem num mercado que vivia seus dias de glória com a fase de ouro do capitalismo. Isso se deu com a política de bem estar social e com a chamada economia keynesiana. Nesse período, por ser exigido uma força de trabalho medianamente preparada, e educada, houve certa valorização da educação escolar como uma ferramenta fundamental para a formação técnico-profissional dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o Estado assumia importante papel na oferta e planejamento da formação da mão-de-obra para ocupar os postos ou cargos de trabalho, disponíveis nesse mercado em ascensão. No entanto, no período iniciado com a crise da década de 1970, a teoria do capital humano passa por uma reformulação, embora a escola tenha mantido sua importância no que se refere à formação para os aspectos econômicos produtivos.

Nessa nova proposta, a educação ou formação para o mercado de trabalho não vai estar sob a gerência do Estado, mais vai ficar a cargo do próprio trabalhador, que passa a ser o responsável pelo seu sucesso ou fracasso diante do mercado de trabalho. As reflexões de Saviani (2007) contribuem para o correto entendimento desse novo contexto:

[...] agora é o indivíduo que terá que exercer sua capacidade de escolha visando adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual. [...] A teoria do capital humano foi, pois, refuncionalizada e, é

nessa condição que ela alimenta a busca de produtividade na educação, justificando-se a denominação de neoprodutivismo. (SAVIANI, 2007, p.22)

Assim, o sobredito autor, destaca, nesse cenário, a prevalência da pedagogia da exclusão, pois, embora os indivíduos invistam em constante formação, em cursos os mais diversos, na intenção de se tornarem empregáveis, para inserção no mercado de trabalho, isso não lhes assegura a empregabilidade. Nesse cenário se não houver um trabalho no mercado formal ainda lhe resta à informalidade, trabalhar por conta própria, se tornar um empreendedor. Na mesma direção, se afirma que o trabalhador tem o serviço voluntário, o trabalho terceirizado, com a máxima ausência de direitos trabalhistas. Com essa pedagogia, a responsabilidade pela inclusão ou exclusão ao posto de trabalhador empregado é única e exclusivamente de cada indivíduo, de cada trabalhador.

Em Jimenez e Mendes Segundo, vamos encontrar que para “colocar-se o complexo da educação à altura de seus desafios globais, serão necessárias reformas profundas capazes de modernizar o parque educacional dos países pobres e daqueles ditos em desenvolvimento, sob a orientação do Banco Mundial,” (2007, p.124) algo que esses países, na compreensão do Banco Mundial, não conseguem fazer sozinhos, precisando da ajuda externa para realizar tais propósitos, bem como meios de pressão para o cumprimento do receituário estabelecido. Na abordagem das referidas autoras, o marco para que o Banco assumisse o comando da educação mundial se deu

[...] através do Plano de Educação para Todos, lançado na paradigmática Conferência de Jomtien, [...], que o Banco assume, de forma decisiva, o comando da educação mundial, que, sob sua tutela, ainda segundo Leher, passa a ser tratada, ao mesmo tempo, como uma estratégia política e uma variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza: de forma condizente, portanto, com o discurso do Milênio e, como não poderia deixar de ser, com as necessidades de reprodução do capital. (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p.123, grifo nosso)

Como forma de monitorar e controlar as políticas públicas dos países periféricos o Banco Mundial passa a cobrar destas nações fragilizadas e periféricas que lhes tomam empréstimos, a assinatura de comprometimento com o desenvolvimento econômico e aceitação das normas impostas para as políticas setoriais, bem como do monitoramento para acompanhamento da realização dessas políticas. No que concerne à educação, as mudanças são definidas como devastadoras e englobam os padrões de financiamento, as formas de gestão dos sistemas de ensino, a definição dos currículos, as formas de avaliação e os modelos

de formação docente, inserindo todos esses aspectos, ao controle de interesses estritamente empresariais e mercadológicos. Ou seja, todo o processo educacional subordina-se ao controle e monitoramento do capital financeiro.

A reedição do *escolanovismo* no Brasil e a política dos organismos internacionais no Brasil: uma breve contextualização

Vivenciamos hoje uma política educacional para os países na periferia do capital que traz como lema o “aprender a aprender” que nos reporta, em grandes linhas, ao ideário escolanovista no Brasil. Esse tema ganhou uma maior relevância a partir da década de 1990, após publicação da Unesco que relata o resultado do que foi pensado, discutido e aprovado em conferência mundial de educação para ser o norte ou os novos paradigmas educacionais mundiais para o novo século que se anunciava, o século XXI.

Para fundamentar essa realidade da exigência de constante atualização e para se inserir em um mercado de trabalho competitivo, no contexto pedagógico se processa a reedição do ideário escolanovista, cujo lema é aprender a aprender. Com essa reedição, o lema ressurgiu modificado, agora se adequando às necessidades impostas pelo sistema do capital, estabelecendo readequações ao que o sistema produtivo precisa. Saviani (2007) analisa o papel que o lema aprender a aprender assume, de forma metamorfoseada, após a década de 1990 no país de o novo escolanovismo ou neoescolanovismo, tecendo as devidas diferenciações, pois, o ideário originário, da teoria pedagógica escolanovista defendia o propalado lema numa perspectiva onde o aluno deveria aprender a estudar, a buscar seus conhecimentos, num contexto de otimismo pedagógico em que o país caminhava para o desenvolvimento industrial e num contexto internacional de defesa do pleno emprego.

Agora, entretanto, a realidade é bem diferente, porque o aprender a aprender refere-se a constante necessidade das pessoas estarem se atualizando educacionalmente como condição de inserção na esfera da empregabilidade.

Esse lema ganha relevância a partir da política defendida pelos organismos internacionais em política educacional divulgada no relatório publicado pela Unesco, no ano de 1996, contendo as principais linhas norteadoras para educação mundial do século XXI, principalmente para os países pobres, que por sua dependência econômica, devem seguir o receituário proposto pelos países dominantes. É no próprio relatório intitulado Educação: um

tesouro a descobrir, organizado por Jacques Delors⁴ que encontraremos a proposta da educação para toda a vida e a valorização do aprender a aprender, vejamos:

O conceito de educação ao longo de toda a vida aparece, pois, como uma das chaves de acesso ao século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Vem dar resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação, mas não constitui uma conclusão inovadora, uma vez que já anteriores relatórios sobre educação chamaram a atenção para esta necessidade de um retorno à escola, a fim de se estar preparado para acompanhar a inovação, tanto na vida privada como na vida profissional. É uma exigência que continua válida e que adquiriu, até, mais razão de ser. E só ficará satisfeita quando todos aprendermos a aprender. (DELLORS, 1998, p.19, grifos nossos)

É a partir dessa política, que se configurou após a declaração de Jomtien (1990), e culminou no relatório Jacques Delors que o Banco Mundial passa não apenas a monitorar, como também influenciar a educação mundial, englobando seus amplos aspectos. No Brasil, tal política foi tomada como parâmetro para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº9. 394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), bem como as diretrizes que abrangem as várias modalidades de ensino no país. Assim, as pedagogias do aprender a aprender, que retorna ao contexto das escolas brasileiras, a partir da década de noventa, se fundamentam numa prática que segundo Duarte (2001) revela uma desvalorização da transmissão do saber acumulado pela humanidade e que descaracteriza tanto o papel da escola, quanto o do professor como detentor do saber a ser transmitido aos alunos e prima pela própria negação do ato de ensinar, uma vez que valoriza prioritariamente o ato de aprender.

Ainda segundo a compreensão do referido autor, essas pedagogias são uma forma ideológica da classe dominante tramar contra a educação escolar destinada a classe trabalhadora, se utilizando desse instrumento ideológico para esvaziar a educação escolar destinada à população e em contrapartida trabalhar cada vez mais para aprimorar a educação destinada para si enquanto classe que domina.

[...] o lema “aprender a aprender” passa a ser revigorado nos meios educacionais, pois preconiza que à escola não caberia a tarefa de transmitir o saber objetivo, mas sim a de preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de sua adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo. A essência do lema “aprender a aprender” é exatamente o esvaziamento do trabalho educativo escolar, transformando-o num processo sem conteúdo.

⁴ Coordenador do livro publicado pela UNESCO pela primeira vez em 1996 sob o título: Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

Em última instância o lema “aprender a aprender” é a expressão, no terreno educacional, da crise cultural da sociedade atual. (DUARTE, 2001, p.29)

Compreendemos, que a implementação desses programas do Governo Federal, dessa política que não é nova, mais continua atual no cotidiano das escolas, pauta-se pelo esvaziamento do conhecimento, com o desenvolvimento de um currículo cada dia mais esvaziado de conteúdos de ensino que, em detrimento disso, privilegia a pedagogia de projetos, a pedagogia do aprender a aprender, nos moldes do que é ditado e determinado pelo Banco Mundial, FMI, UNESCO, UNICEF e ONU.

Com a educação defendida pelos organismos internacionais em vigor no país e o desenvolvimento da pedagogia escolanovista em sua fase de reedição como pedagogia neoescolanovista, temos uma prática pedagógica que objetiva uma formação para as adequações do mercado, que não se confronta com a realidade de desigualdade social existente (e nem poderia!), mas que objetiva, preparar os indivíduos para as exigências do mundo do trabalho, um trabalhador que possa se adaptar sem maiores conflitos às exigências do sistema produtivo contemporâneo em seu contexto de crise, frente à taxa decrescente de lucros.

Com base nessa política educacional se corporifica no país, fruto de planejamentos internacionais que se apresentam a nação como promotores de novos tempos, um projeto que se coloca em direção de contribuir para o suposto avanço na oferta de uma educação de qualidade nas escolas públicas e para que avancemos na forma de oferecer educação ao país, não mais restrita apenas a um período ou turno regular. Uma educação, que no plano dos discursos documentais precisa progredir rumo à oferta de uma educação em turno integral, essa, situada supostamente numa perspectiva de educação integral, inserida numa economia cada vez mais globalizada e que enfrenta uma crise de natureza estrutural.

É nesse contexto de economia globalizada e crise estrutural do capital que a classe dominante se utiliza da ideologia de defesa da universalização da educação, de educação para todos, de mais educação na forma de aulas no contraturno, com aulas de teatro, de reforço nas disciplinas consideradas críticas nas escolas como o português e a matemática, de práticas esportivas; tudo ministrado por profissionais sem formação e utilizando-se o espaço da comunidade escolar, com a perspectiva de implantação de escolas que ofertem aulas em tempo integral. Entretanto sem a existência de condições objetivas de ofertar aos filhos da classe proletária acesso aos conteúdos, práticas e conhecimentos que possam elevar culturalmente a consciência desses.

Essa educação ofertada aos filhos da classe trabalhadora trama contra sua formação, pois se dá de forma precarizada, esvaziada de conhecimento que ao invés de trabalhar com a ciência, temos em substituição “o senso comum travestido de singularidades culturais locais. No lugar da escola voltada à educação integral, a escola convertida em prisão integral, destinada à ocupação do tempo livre com aquilo que é considerado capaz de garantir proteção social: artes, cultura, esporte, lazer” (PEIXOTO, 2009), ou seja, trabalham com conteúdos distantes de ideias emancipatórias, de uma cultura questionadora.

Nessa perspectiva, a classe dominada continua na mesma situação, alienada, tanto na produção dos meios de sobrevivência, na base material, quanto na esfera espiritual, com sua consciência alienada, conforme nos alerta Duarte:

[...] Marx utilizou a expressão “esvaziamento completo” para se referir ao ser humano no capitalismo. A educação está sendo posta em sintonia com esse esvaziamento completo, na medida em que seu grande objetivo é tornar os indivíduos dispostos a aprender qualquer coisa, não importando o que seja, desde que seja útil a sua adaptação incessante adaptação aos ventos do mercado. [...] (2001, p.80)

Na colocação de Jimenez (2001, p.75) mais uma vez afirma-se que ao longo da história a classe dominante tem lançado mão de várias estratégias, “para tentar instruir os trabalhadores sem educá-los para governar; sem capacitá-los para assumir a função de dirigentes, sem habilitá-los para pensar e falar bem”. Essas classes vêm lançando mão da universalização do ensino escolar, porém, não sem fazer a devida distinção, ou cisão essencialmente em duas: As escolas para as classes dirigentes com uma educação destinada à formação intelectual, portanto para a teoria; e a escola destinada à população pobre, ao povo, aos trabalhadores, com uma formação voltada para as atividades estritamente manuais e laborais: a educação voltada ao trabalho e aos interesses produtivos e mercadológicos.

Observando a lógica do capital como um sistema regulador que precisa estar ferrenhamente empenhado no controle das políticas em todas as áreas, não podendo se descuidar, sob pena de ameaçar a manutenção de sua reprodução, o Estado reforça seu papel de sustentáculo do sistema capitalista que não pode perder o controle sobre a sociedade.

[...] Nesse ponto, o Estado é chamado a intervir com suas políticas públicas de contenção, procurando contingenciar as pressões sociais; por isso, na atual conjuntura, tantos projetos focais e fragmentados são apresentados como solução para os problemas da sociedade, que apresentam, por sua vez, de natureza cada vez mais estrutural. (SANTOS; COSTA, 2012, p.27, grifos nossos.)

Diante da conjuntura de crise e de seus efeitos sobre o conjunto da humanidade, como bem desvela Mészáros (2011), novas regras no sistema de produção e nas relações que lhe dão sustentação, tiveram que ser impostas. Para monitorar o cumprimento dessas regras e coordenar tais tarefas, temos o trabalho de organismos internacionais desenvolvido no campo das políticas sociais e educacionais.

Como parte da estratégia para desviar os efeitos da crise estrutural do capital destacamos os investimentos nas ações do Fundo Monetário Internacional (FMI); do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial (BM) que passaram a monitorar um conjunto de medidas em todas as áreas, implementando ajustes e reformas nas políticas públicas nos países da periferia do capital. Na área educacional, foi articulado um conjunto de reuniões denominadas de fóruns e conferências mundiais de educação para todos, sob o controle do Banco Mundial.

Como bem apontamos anteriormente, o grande primeiro encontro preparado para organizar esses ajustes e reformas na educação mundial foi a Conferência de Jomtien em 1990, na Tailândia, patrocinada pelo Banco Mundial e realizada pela ONU, UNESCO, em parceria com outros organismos internacionais, objetivando tratar da educação, suas perspectivas e novos desafios frente ao século que se avizinhava (Século XXI). A educação deixa de ser tratada como uma questão secundária, até como atividade marginal, para alçar ao patamar de prioridade na agenda do referido Banco.

Pautando sua política pelos ditames advindos da Conferência Mundial de Educação para Todos, (1990), o Brasil elabora a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, com base no que foi proposto pela conferência, além de já estabelecer que o Plano Nacional de Educação fosse elaborado com base nas determinações da política da Educação para Todos. Outro documento elaborado tomando como referência essa política foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O grande compromisso firmado na Conferência para ser assumido pelos países participantes foi o de aumentar a oferta de educação básica. No documento publicado após a referida Conferência é admitido a importância da educação, destacando que

[...] se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível; **Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; e Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um renovado**

compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio. [...] (DECLARAÇÃO DE JOMTIEN, 1990, p.2, grifos nossos)

A reforma dos sistemas educativos se deu com a adoção de modelos de educação baseados na aquisição de aptidões e habilidades, implementando a pedagogia das competências, bem aos moldes da educação defendida pelo Projeto de Educação para Todos, centrada nos pilares do modelo do aprender a aprender. Na realidade, através da aplicabilidade desses ajustes, o objetivo adotado pelo capital é a valorização das competências, especialmente voltadas para a eficácia na produção, é “a valorização da capacidade tecnológica, da eficácia e da produtividade da força de trabalho, recomendando, para tal, o investimento na educação básica na população dos países periféricos”. (RABELO; MENDES SEGUNDO; BARROSO, 2009 p.92). Assim, ocorre uma reedição das concepções pedagógicas pragmáticas, bem ao gosto e necessidades do mercado, com o esvaziamento da socialização do conhecimento acumulado pela humanidade, pois concordamos com a afirmação das autoras abaixo quando coloca que:

[...] A tarefa essencial da educação pode ser entendida, por conseguinte, como o processo de transmissão do patrimônio histórico objetivado pelo gênero humano com vistas à sua reprodução, o qual, colocando a questão nos termos da ontologia marxiana recuperada por Lukács, articula de forma complexa e rica de mediações, os pólos da individualidade e da genericidade. (RABELO; MENDES SEGUNDO; JIMENEZ, 2009, p.3)

O receituário aplicado na área educacional no Brasil tem se centrado por práticas de negação do conhecimento, com cursos aligeirados, cursos à distância, fragmentação dos currículos, assumindo a direção de uma formação docente cada vez mais precarizada e a carga dos próprios docentes e implementando, ainda, a redução do financiamento do ensino público e a crescente privatização da educação.

A aplicabilidade de modelos econômicos na área educacional, com ações, projetos e programas de caráter compensatório e assistencialista, tem se feito presente no contexto das escolas brasileiras. A escola apresenta-se esvaziada de conteúdo educacional, necessário para elevação do conhecimento dos filhos da classe trabalhadora e distante de cumprir a tarefa para qual foi fundada, a aquisição do saber teórico, intelectual. A escola destinada à classe trabalhadora esta focada na pedagogia de projetos, no desenvolvimento das competências, colocadas como essenciais para o novo sujeito.

Considerações Finais

Compreendemos que os programas desenvolvidos nas escolas hoje apresentam uniformidade com os princípios de uma pedagogia do capital, cujo principal objetivo é direcionar a educação pública nas mãos da gestão empresarial, trabalhando com o lema da melhoria da qualidade da educação, mais com a real intencionalidade de concretizar a redução do financiamento público, levando os lucros para os empresários, que visualizam na educação, uma área cada vez mais lucrativa, basta observar o contingente de universidades privadas. Nesse contexto, se fortalece a valorização das parcerias públicas-privadas, implementando a gestão empresarial na área pública.

Ao nosso entender, o projeto de reedição do escolanovismo com seus programas e ações e os demais que se equiparam a esse, não se enquadram em uma política seriamente voltada para educação da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, caberia a classe trabalhadora, como o sujeito da revolução, nos libertar desse jugo e trabalhar para a construção de uma educação voltada para uma sociedade liberta, emancipada. Essa que foi a constante ênfase de Marx, o homem se libertar do trabalho, alienado, explorado e caminhar para uma sociedade em que o trabalho fosse realizado por homens livremente associados.

Nessa relação de oferta da educação dualista, a classe trabalhadora, mesmo dentro dos marcos do capital, luta sobremaneira para elevar sua formação, uma vez que o acesso à educação constitui, conforme Tonet, uma atividade emancipatória na formação do sujeito revolucionário. Todavia, a classe trabalhadora precisa tomar consciência que a luta revolucionária é por outra sociabilidade, sem exploração e, portanto, possível de alcançar uma educação capaz de elevar as suas potencialidades no contexto da totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Editora Cortez, 2001.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**. Críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001. Disponível em: <http://proletariosmarxistas.com/docs/publicacoes%20diversas/vigotski%20e%20o%20aprender%20a%20a%20prender.pdf>. Acesso em 22-08-2011.

JIMENEZ, V. S. **A educação e a relação teoria-prática: considerações a partir da centralidade do trabalho**. In: JIMENEZ, S; FURTADO, E. Bezerra (Org.). Trabalho e educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

JIMENEZ, S. V.e MENDES SEGUNDO. M. D. **Erradicar a pobreza e reproduzir o capital**: Notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. *Cadernos de Educação*. Pelotas, FAE/PPGE/UFPEL, n.28, p. 119 – 137 Jan-Jun. 2007.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Boitempo, São Paulo, 2009.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien)**. Tailândia: Unesco, 1990a. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais. Acesso em 14.02.10.

PEIXOTO, Elza. **Conformação e contenção disfarçadas em “mais educação”**. In; CRÍTICA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO. Boletim Germinal número 9, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n7-052009.htm>. Acesso em 17-01-2012.

RABELO, J.J. ; MENDES SEGUNDO, Maria Das Dores; JIMENEZ, S. V. **Educação para todos e a reprodução do capital**. Trabalho Necessário. Revista da UFF, Rio de Janeiro, nº 9, 2009.

_____. BARROSO, M. C. S. **Os Paradigmas Educacionais Dominantes na Agenda dos Organismos Internacionais: uma análise à luz da crítica marxista**; Revista Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, Número 1 Janeiro, 2009.

SANTOS, Deribaldo. COSTA, Frederico. **A crise estrutural do capital: o verdadeiro mal estar da contemporaneidade**. In; Ontologia, estética e crise estrutural do capital, p.15-35. Campina Grande: EDUFCG/ Fortaleza: EdUECE, 2012.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).